

Os funcionários dos Correios estão pagando pelo déficit causado pela má gestão do fundo de pensão Postalís. Essa situação foi apresentada na audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) nesta segunda-feira (6). A iniciativa da reunião foi do senador Paulo Paim (PT-RS).

Segundo o representante da Associação Gaúcha dos Aposentados dos Correios e Telégrafos, Luiz Fernando Silveira Neto, o déficit do Postalís chega a R\$ 16 bilhões. E, a seu ver, para cada fatia dessa dívida deve ser tomada uma estratégia diferente.

— Há dinheiro a se recuperar do banco BNY Mellon. A sugestão é que se busque apoio para solucionar o problema junto a Advocacia Geral da União. O Postalís não quer um centavo do Tesouro Nacional. Apenas quer recuperar seu patrimônio sólido que está em mãos de terceiros de forma indevida — afirmou.

Em janeiro deste ano, o Ministério Público Federal (MPF), com o apoio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e do Postalís, ingressou com ação civil pública cobrando mais de R\$ 8 bilhões do banco BNY Mellon em favor do Postalís.

No documento, o MPF pede que o BNY Mellon recompre as cotas de investimento do Postalís pelos mesmos valores informados ao Instituto pelo próprio banco e ressarça os valores relativos às taxas de administração que o Postalís pagou ao banco de forma indevida. A ação solicita ainda indenização por danos morais por considerar que a má gestão do banco no Postalís gera desconfiança e incerteza para os 130 mil participantes do fundo.

Funcionários

Para os participantes da audiência, o fato de, em 2014, os Correios terem suspendido o pagamento da Reserva Técnica sobre Serviços Anteriores (RTSA) contribuiu para o déficit do Postalís. A reserva técnica é referente a um pagamento previdenciário que deixou de ser feito pela empresa estatal naquele ano, onerando assim o próprio Postalís. Segundo o vice-Presidente da Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP), Maurício Lorenzo, essa parcela do déficit está sendo paga pelos funcionários do Correios.

— O que nos preocupa é que o gestor do Postalís usa o verbo no futuro e nós não temos tempo para isso. Corremos contra a situação em que os participantes ativos pagam a mais e os aposentados estão tendo uma redução do seu benefício para cobrir o déficit gerado. Nós somos vítimas de pessoas que realizaram fraudes — declarou.

Intervenção

Em outubro de 2017, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) decretou intervenção no Postalís pelo prazo de 180 dias e, em abril deste ano, prorrogou o prazo pelo mesmo período. De acordo com o interventor da instituição, Walter Parente, um dos objetivos da intervenção é justamente minimizar o custo para os participantes.

— A questão do Postalís é muito complexa. Isso [recuperar o fundo] não se faz de forma atropelada, sob pena de meter os pés pelas mãos. O Postalís é a instituição sobre a qual mais o Ministério Público Federal joga luz. Existem quatro equipes lá trabalhando em prol disso — afirmou.

Para o senador Paulo Paim, o problema enfrentado pelo Postalís é um reflexo da tentativa do governo de privatizar os fundos de pensão.

— Querer privatizar os fundos de pensão vai na mesma linha da privatização da Previdência. As

peçoas percebem que não vão se aposentar e começam a investir na poupança ou vão para um fundo de pensão privada — disse Paim.

Fonte: Agência Senado, em 06.08.2019.